

HABEAS CORPUS Nº 538.460 - GO (2019/0303357-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : HOMERO PINTO FIGUEIREDO
ADVOGADO : HOMERO PINTO FIGUEIREDO - GO046994
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : WASHINGTON LOPES MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WASHINGTON LOPES MARTINS contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS no julgamento do HC n. 5457777.97.2019.8.09.0000.

Consta dos autos que o paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 14, inciso I e 29, *caput*, todos do CP, tendo sido mantida a custódia preventiva anteriormente decretada, ante a permanência dos requisitos autorizadores, nos termos do art. 413, § 3º do CPP, com a alteração da Lei n. 11.689/2008(e-STJ fl. 309/230).

Submetido a julgamento pelo Júri, o agente foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mantida a custódia cautelar, com os mesmos fundamentos anteriormente delineados.

Interposto recurso de apelação pela defesa, a Corte de origem deu provimento à insurgência, a fim de anular a ação penal desde a instrução, determinando a realização de novos atos e relaxando a prisão anteriormente decretada.

Novamente pronunciado o paciente, o Togado singular entendeu acerca da necessidade de nova decretação da custódia preventiva, em razão da considerável folha criminal do paciente, inclusive com a existência de condenação transitada em julgado em seu desfavor.

Nesta via, alega o impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a motivação da cautelar segregatória foi com base na gravidade abstrata do delito, aduzindo que se mostra desproporcional a custódia, sendo devida a imposição de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja expedido salvo-conduto em favor do paciente.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

De se destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no artigo 102, inciso II, alínea "a",

da Constituição Federal, e nos artigos 30 a 32 da Lei n. 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que passou ser adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Com relação aos requisitos para o decreto da prisão preventiva, dos elementos que instruem os autos, infere-se que o paciente foi pronunciado pela prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, inciso II e art. 29, todos do CP, pelos seguintes fatos, assim descritos na exordial acusatória.

"Conforme se extrai dos autos do inquérito policial que acompanha a presente, no dia 1º de novembro de 2015, por volta das 10h em v.a pública, na rua BF 29F, quadra 61, lote 11, bairro Floresta, nesta Capital e comarca, o indiciado RAFAEL FERREIRA DE ALMEIDA, fazendo uso de uma arma de fogo, tentou matar Wilton Adriano David Júnior agindo mediante a utilização de recurso que lhe dificultou a defesa, somente não conseguindo por circunstâncias alheias à sua vontade.

Também, extrai-se que o indiciado WASHINGTON LOPES MARTINS, agindo com unidade de desígnio, prestou auxílio a RAFAEL para a prática do crime, transportando-o até o local, derrubando a vítima e dando fuga ao comparsa após." (e-STJ fl. 98)

Verifica-se que o Magistrado singular manteve a prisão preventiva do paciente na primeira pronúncia operada, *"tendo em vista persistirem as hipóteses ensejadoras do decreto preventivo com relação ao pronunciado Washington, recomendo-o na prisão e que se encontra"*.(e-STJ fl. 319)

Ao estabelecer a pena do agente quando da condenação pelo Tribunal do Júri, o Togado Presidente aduziu que *"merecem os acusados aguardarem o trânsito em julgado da sentença presos no estabelecimento prisional em que se encontram, em razão da condenação e em função de persistirem os motivos ensejadores da prisão"* (e-STJ fl. 451).

O acórdão do Tribunal que anulou a ação penal, determinou o relaxamento da prisão do denunciado, assentando:

"[...]considerando o longo período em que os acusados

WASHINGTON LOPES MARTINS e RAFAEL FERREIRA DE ALMEIDA encontram-se encarcerados (Washington desde o dia 18.08.2016 e Rafael, aproximadamente, desde o dia 06.10.2016), não havendo previsão da nova data para sessão do Tribunal do Júri e não vislumbrando risco concreto à ordem pública, concedo-lhes o direito de responder o processo em liberdade, determinando a expedição dos Alvarás de Soltura, se por outro motivo não estiverem presos." (e-STJ fl. 70)

Prosseguindo a instrução criminal após a anulação da ação penal, sobreveio a nova sentença de pronúncia, a partir da qual o Magistrado singular entendeu:

"Por fim, foi constatado da análise dos autos, a necessidade da segregação cautelar do pronunciado, e ainda, do outro acusado Rafael Ferreira de Almeida, que também foi pronunciado às fls. 220/231, posto que restou indicativos de que eles são pessoas extremamente perigosas e envolvidas com a criminalidade, e que em liberdade poderão encontrar os mesmos estímulos para a prática delituosa, o que de certa forma, atenta contra a ordem pública. Diante disso, com fulcro nos artigos 311 e seguintes do Código de Processo Penal, DECRETO a prisão preventiva de WASHINGTON LOPES MARTINS e RAFAEL FERREIRA DE ALMEIDA." (e-STJ fls. 47/48)

A Corte de origem, ao afastar a pretensão defensiva para desconstituição da custódia decretada, manteve a decisão singular, asseverando:

"No caso, verifica-se que a decisão atacada se encontra fundamentada, não constituindo constrangimento ilegal, porquanto restou demonstrado com indicação de fatos concretos a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e sucesso na aplicação da lei penal.

De uma análise dos documentos colacionados no writ, verifica-se que o paciente possui condenação transitada em julgado em 08/09/2014 pelo crime de tráfico de drogas, além de responder, com fatos posteriores ao presente caso, por roubo, tráfico, outra tentativa de homicídio, associação criminosa e porte de arma de fogo, todos na Comarca de Goiânia (movimentação 01, arquivo 27).

Comprovada a reincidência do paciente, e sua recalcitrância em cometimentos de crimes patrimoniais, contra a saúde pública e contra a vida, a prisão cautelar

foi adequadamente motivada pelo juiz singular, estampada a periculosidade e envolvimento com a criminalidade do paciente." (e-STJ fls. 501/503)

Esclarecidos esses fatos, no que tange à suposta ausência de fundamentos para justificar a prisão preventiva na hipótese, forçoso reconhecer que, conforme bem salientado no acórdão impetrado, o ora paciente **"possui condenação transitada em julgado em 08/09/2014 pelo crime de tráfico de drogas, além de responder, com fatos posteriores ao presente caso, por roubo, tráfico, outra tentativa de homicídio, associação criminosa e porte de arma de fogo, todos na Comarca de Goiânia"** (e-STJ fl. 502), fundamento que reforça o argumento delineado pelo Togado singular de que restaram **"indicativos de que eles são pessoas extremamente perigosas e envolvidas com a criminalidade, e que em liberdade poderão encontrar os mesmos estímulos para a prática delituosa"** (e-STJ fls. 47/48), circunstâncias que afastam o alegado constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o custodiado.

Segundo a doutrina de JULIO FABBRINI MIRABETE: *"Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida"*, concluindo que *"está ela justificada se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, [...]"* (Código de Processo Penal interpretado. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 803).

Confira-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTO VÁLIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL AUSENTE.

1. A prisão cautelar, como é cediço, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando as circunstâncias do caso concreto, devidamente fundamentadas no art.

312 do Código de Processo Penal, demonstrarem a sua imprescindibilidade. Contudo, justificada a custódia preventiva em razões idôneas e devidamente preenchidos todos os seus requisitos, inviável a sua revogação por esta Corte.

2. Indícios de autoria e de materialidade que, no caso, foram devidamente demonstrados, não havendo qualquer evidência de ilegalidade.

3. A prisão cautelar do paciente foi decretada e mantida pelas instâncias ordinárias, especialmente, para a garantia da ordem pública, com o intuito de cessar a reiteração delitiva, o que, na hipótese, representa risco concreto. Paciente preso em flagrante, enquanto cumpria pena em regime semiaberto harmonizado, mediante uso de tornozeleira eletrônica que, no momento da

abordagem policial, estava coberta com papel alumínio.

4. Ordem denegada.

(HC 531.818/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019 - grifo nosso)

No mesmo norte:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ALEGAÇÃO DE ERRO NA DISTRIBUIÇÃO DO WRIT ORIGINÁRIO. INEXISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE. GRAVIDADE DOS DELITOS. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AO CORRÉU. NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. Não há falar em erro na distribuição da impetração anterior, uma vez restou esclarecido que o Desembargador anterior atuou em regime de substituição, o que afasta a prevenção, consoante o disposto no art. 180, VII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul: "VII - nos casos de substituição, a distribuição não previne a competência, exceto ao substituto quanto a agravos regimentais, agravos internos e embargos de declaração".

3. In casu, presentes elementos concretos a justificar a imposição da segregação antecipada. As instâncias ordinárias, entenderam que restou a gravidade das condutas perpetradas, consubstanciadas em tentativa de homicídio, roubo ao Banco Banrisul e a uma lotérica, a revelar a periculosidade do recorrente, especialmente, diante da reiteração de condutas delitivas, uma vez que responde a outros processos criminais e possui condenações por roubo, receptação e tráfico de drogas, o que revela a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para evitar reiteração delitiva.

4. Nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal - CPP,

Superior Tribunal de Justiça

devem ser estendidos aos demais corréus os efeitos de decisão que beneficia um dos acusados, desde que demonstrada a similitude fática e processual. Na hipótese, o corréu restou beneficiado com liberdade provisória por não possuir registro criminal anterior e por não existirem indicativos de que integra organização criminosa, se evadirá do distrito da culpa ou que frustrará a aplicação da lei penal, diferentemente do recorrente, que possui uma extensa folha de antecedentes e condenações por roubo, receptação e tráfico de drogas. Assim, por ausência de similitude fática, não há falar em aplicação do disposto no art. 580 do CPP, restando afastada a ocorrência de constrangimento ilegal.

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do réu, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

6. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

7. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.

(RHC 107.291/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 20/11/2019)

Assim, inviável acoimar-se de ilegal o acórdão quando manteve a prisão preventiva do paciente pois, como visto que, além das circunstâncias do delito, a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva, bem demonstrados nos autos, justificam a sua preservação na espécie.

E, por fim, entendendo as instâncias ordinárias pela imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Assim, a prisão preventiva está suficientemente embasada, principalmente a bem da ordem pública e para garantir a apuração da lei penal, não havendo coação ilegal a ser sanada por esta Corte Superior de Justiça.

Diante do exposto, por se afigurar manifestamente incabível, **não se conhece do habeas corpus** substitutivo.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o MPF.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator